



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA**  
**CONTROLADORIA E AUDITORIA GERAL DO MUNICÍPIO**  
**Superintendência de Controle Interno**

---

**PARECER Nº 304/CC/2024**

Santa Maria, 24 de Setembro de 2024

**Da:** Superintendência de Controle Interno - SCI/CAGEM

**Para:** Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural

**Assunto:** Resposta ao Memorando nº 246/2024-SMR, que solicita parecer sobre devolução de valores de recursos do Governo do Estado.

**Breve Relato:**

Esta Superintendência de Controle Interno foi instada a exarar parecer acerca da correta e regular aplicação dos recursos do **Convênio FPE nº 2349/2022** celebrado entre o **Município de Santa Maria e o Estado do Rio Grande do Sul**, por intermédio da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária. O referido Convênio teve por objeto a perfuração/construção de 01 poço tubular profundo para atender a Localidade de Linha Pains, beneficiando 30 famílias.

**Análise:**

Esta Superintendência de Controle Interno, em análise da documentação encaminhada, constatou que o Convênio em questão teve vigência no período de 27/12/2022 a 26/12/2023, envolvendo o repasse de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) em parcela única do Estado para o Município, conforme estabelecido na cláusula quarta. Esse valor foi destinado ao custeio das despesas previstas no plano de trabalho, em conformidade com os termos do convênio.

Conforme estabelecido na Cláusula Quinta do Convênio, o Município teria que alocar, como contrapartida, o valor de R\$17.500,00 (dezessete mil e quinhentos reais) depositando e gerindo esse valor, diretamente da conta específica do Convênio. Entretanto, os extratos bancários demonstram que não ocorreu o depósito de contrapartida por parte do Município.

Outrossim, o Município realizou aplicação financeira do recurso repassado pelo Estado, enquanto não utilizado, atendendo, dessa forma, o que está determinado no item 3 da Cláusula Sétima do Convênio. A aplicação financeira do recurso gerou um rendimento de R\$10.826,27 (dez mil, oitocentos e vinte e seis reais e vinte e sete centavos), conforme extratos bancários comprobatórios, acostados à Prestação de Contas, além de R\$31,21 (trinta e um reais e vinte e um centavos) referente ao saldo de rendimento lançado no sistema de contabilidade em 10/04/2024.

Contudo, constatou-se que o Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural, não utilizou o valor do recurso na execução do Convênio, restando o valor de R\$ 80.857,48 (oitenta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos). Destarte, foi realizado o depósito da devolução de valores em 11/04/2024, conforme comprovante em anexo à Prestação de Contas.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA  
CONTROLADORIA E AUDITORIA GERAL DO MUNICÍPIO  
Superintendência de Controle Interno**

---

Assim, o Município devolveu ao Estado o valor de R\$80.857,48 (oitenta mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos), sendo R\$70.000,00 (setenta mil reais) referente ao recurso não utilizado e R\$10.857,48 (dez mil, oitocentos e cinquenta e sete reais e quarenta e oito centavos) relativo ao total dos rendimentos da aplicação financeira do recurso.

**Conclusão:**

Desta forma, considerando as questões acima elencadas, esta Superintendência de Controle Interno entende que não houve a aplicação dos recursos no objeto estabelecido no **Termo de convênio nº 2349/22, firmado entre o Estado e o Município de Santa Maria, razão pela qual foi necessária a devolução do valor total repassado pelo Estado, acrescido dos rendimentos, situação comprovadamente cumprida, conforme fazem provas os documentos apresentados.**

É o entendimento, s.m.j

**Carla Mari Carlotto de Oliveira**

Agente Administrativo  
Matrícula nº 13341

**Carine Brisola**

Superintendente de Controle Interno  
Matrícula nº 12438